

PROGRAMA DA UNIDADE POPULAR PELO SOCIALISMO PARA A PREFEITURA DE GOIÂNIA

Pela unidade com a classe trabalhadora e o povo! Por uma Goiânia popular!

A marcha para o oeste de Getúlio Vargas criou as condições básicas para a mudança da capital do estado de Goiás para Goiânia. Com a pedra fundamental lançada em 1933, a cidade foi planejada com características modernas, com destaque para Art Déco, no projeto elaborado pelo urbanista e paisagista Attilio Corrêa Lima. De presença marcante dos migrantes, e com menor intensidade dos imigrantes, a cidade, apesar do crescimento oriundo do incentivo do Governo Estadual, ainda mantinha uma estrutura agrícola, com pequena margem de industrialização, marca profunda das disputas oligárquicas ao longo da história do estado.

Desde o seu primeiro Prefeito, Venerando de Freitas Borges, nomeado em 1935, os Planos Diretores de Goiânia foram se adaptando às novas realidades do contexto nacional, o conceito de cidade planejada passou ao esquecimento. Nos anos de 1970, a cidade até então tida como exemplo de planejamento, sofreu um duro baque, com a construção de verdadeiros arranha-céus, tornando Goiânia uma verdadeira selva de pedra. As pressões do poder econômico, com a conivência dos poderes constituídos, transformaram Goiânia em uma cidade de crescimento desorganizado e improvisado. Mesmo o Plano Diretor de 2007 não conseguiu conter a ganância dos poderosos, não sendo suficiente para estabelecer as bases de uma cidade mais equilibrada social e economicamente. A cidade sofre, juntamente com a sua população, a estupidez de uma lógica perversa e egoísta, para satisfação dos donos do poder.

ÍNDICE

MOVIMENTOS APOIADORES.....	3
QUEM SÃO OS CANDIDATOS?.....	5
TRABALHO E RENDA.....	6
TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA.....	8
CULTURA.....	11
ESPORTE E LAZER.....	14
MEIO AMBIENTE.....	16
SAÚDE.....	19
EDUCAÇÃO.....	23
HABITAÇÃO.....	26
SEGURANÇA PÚBLICA.....	29
QUESTÃO RACIAL.....	32
MULHERES.....	35
LGBTIA+.....	38
PCD's.....	40
MOBILIZAÇÃO POPULAR E SOCIALISMO.....	42

MOVIMENTOS APOIADORES

A articulação da candidatura pela Unidade Popular é uma iniciativa conjunta de diversos movimentos que se organizam em torno das principais lutas sociais que estão hoje sendo travadas na nossa cidade: pela educação, pelos direitos das mulheres, pelos direitos dos trabalhadores(as) da cidade e do campo, pelo direito à moradia e pelos direitos da juventude.

Pela pauta da educação universitária, somos apoiados pelo Movimento Correnteza, um movimento nacional de estudantes organizados em universidades públicas e privadas na luta por suas pautas específicas, destacando, no apoio à candidatura, que a educação no Brasil tem sido pauta de segunda ordem, e que vivemos num processo de destruição da educação, com universidades públicas sendo sucateadas e universidades privadas cobrando mensalidades abusivas.

No âmbito da questão das mulheres, o Movimento de Mulheres Olga Benário destaca-se no nosso campo de apoio, por levantar nacionalmente a bandeira da emancipação feminina, construindo lutas por mais creches, casas de referência e apoio, e apontando sempre como saída para as contradições impostas pelo sistema capitalista às mulheres a necessidade de construção do socialismo.

Também entre os apoiadores, apresentamos o Movimento Luta de Classes (MLC), uma articulação nacional de trabalhadores e trabalhadoras que se colocam na linha de frente da luta sindicalizada, organizando segmentos da classe operária em suas diversas reivindicações, propagandeando politicamente que somente através da construção do socialismo será possível garantir o pleno emprego e a valorização do(a) trabalhador(a).

Em consonância com uma das principais bandeiras do nosso programa – a reforma urbana – somos apoiados pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), um movimento nacional em defesa do constitucionalizado direito à moradia, pela reforma urbana e pelo socialismo. Lembramos que a reforma urbana é capaz de reduzir a fome, a desigualdade, o desemprego e diversas injustiças.

Desde 2013, esses setores organizados e insatisfeitos com a falta de representatividade política dos velhos partidos e da corrupta política tradicional, se

articularam em torno do programa da Unidade Popular pelo Socialismo, que visa findar as injustiças do Brasil e da nossa região, e, de forma consequente, pautar como saída imediata para a crise o investimento no povo, a reversão das retiradas de direitos e a melhoria dos serviços públicos. Porém, não se resolve os problemas do povo brasileiro somente com política de gabinete, mas com mobilização, organização e luta nas ruas do nosso país, pois são nestes espaços, e dessa forma, que historicamente a classe trabalhadora se constituiu enquanto sujeito político consciente e capaz de decidir seus próprios rumos.

O povo é a nossa força e a nossa voz, e é para as ruas que devemos levar o embate contra os retrocessos, a níveis federal, estadual e municipal, que ameaçam a nação. Por isso, convidamos todos e todas que se dispõem à luta e a construir um projeto socialista para o país a comporem os nossos movimentos e fortalecerem a luta por um estado que esteja nas mãos daqueles que verdadeiramente o constroem.

QUEM SÃO OS CANDIDATOS?

Como candidato à Prefeitura de Goiânia, a Unidade Popular tem o orgulho de apresentar à sociedade goianiense o nome de Reinaldo Assis Pantaleão! O Professor Pantaleão, como é conhecido, é militante das causas sociais desde os 13 anos de idade, quando foi aluno do Colégio Estadual Professor Pedro Gomes e participou do Movimento Estudantil, lutando contra a Ditadura Militar e posteriormente, em 1978, sendo membro fundador do Comitê Goiano pela Anistia.

Hoje aposentado, Pantaleão é formado em História pela UFG e foi Professor do Ensino Médio e de cursinhos preparatórios para o vestibular, em Goiás e em outros estados do Brasil. Em sua atuação política, foi fundador da Central Única dos Trabalhadores - CUT e do Partido dos Trabalhadores - PT, partido pelo qual foi candidato em três ocasiões. Também foi fundador do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás - SINTEGO e integrou a Diretoria do Sindicato dos Professores do Estado de Goiás - SINPRO em dois mandatos.

A luta de Pantaleão pelas transformações sociais é marcada também pela sua trajetória no PSOL, partido pelo qual foi candidato à Prefeitura de Goiânia. Hoje na Unidade Popular e candidato à Prefeitura de Goiânia pela sigla, Pantaleão se juntou em 2022 ao mais novo partido político do Brasil, nascido da união de movimentos sociais com décadas de atuação.

Enquanto candidata à Vice-Prefeita de nossa cidade, temos a honra de apresentar o nome de Luciana Amorim, coordenadora do Movimento de Mulheres Olga Benário. Natural de Anápolis, Luciana é servidora pública e graduada em direito.

Convidamos também a conhecerem nossas candidaturas para a Câmara Municipal: Letícia Scalabrini, professora licenciada em Ciências Sociais, diretora da União Nacional dos Estudantes e liderança estudantil e Vinícius Arantes, estudante, trabalhador e coordenador do Movimento de Luta de Classes em Goiás.

TRABALHO E RENDA

A política atual de Goiânia está voltada a garantir lucro apenas de grandes empresas e latifundiários, abandonando por completo os trabalhadores que mais sofrem com as sucessivas crises. As poucas vagas formais criadas não aliviam as preocupações do trabalhador, sendo essas ainda maiores nas vagas informais.

Com o aumento do desemprego, surgem os subempregos e em condições extremamente precárias, negligenciados pelas leis de trabalho e marginalizados pelo município, revelando que o povo nunca está amparado. Visto isso, percebe-se que a burguesia junto ao Estado vêm atacando fortemente o cidadão, coisificando-o, explorando-o e “flexibilizando” não só suas condições trabalhistas, mas também sua condição de vida. Porém, essa é uma condição específica gerada pelo capitalismo, mas com luta popular e construção de uma sociedade socialista, o trabalhador alcançará sua dignidade econômica. A partir disso, pontuamos as seguintes propostas:

1. Garantir geração de emprego a partir das frentes emergenciais de trabalho – obras de infraestrutura, sobretudo nas periferias, de saneamento, calçamento de ruas, construção de postos de saúde, escolas, espaços de lazer e esporte, praças, etc., devem ser realizadas majoritariamente sem as grandes empreiteiras, com ampla mobilização de técnicos das universidades e do povo trabalhador. Estes projetos serão baseados em mutirões remunerados e trabalho comunitário, envolvendo as pessoas do próprio bairro ou região para resolver os problemas estruturais locais, diferenciando-se profundamente do trabalho precarizado e sem direitos;
2. Responsabilizar empresas pelo bem-estar do trabalhador;
3. Criar banco municipal;
4. Taxar grandes fortunas aplicando o imposto progressivo;
5. Criar casas de passagem para pessoas em situação de rua à procura de emprego, para garantir que essas pessoas tenham condições de retornar ao mercado de trabalho;
6. Criar campanha regular da “tenda do trabalhador” pela cidade para tirar dúvidas sobre direitos trabalhistas;

7. Revisar os direitos trabalhistas e garantir ampliação para estagiários;
8. Publicação de novos editais para concursos em todas as áreas que forem necessárias;
9. Programa de especialização que contrate o funcionário e faça sua formação posteriormente;
10. Incentivar a participação da população nos conselhos regionais;
11. Criar política de priorização da população LGBTIA+ na procura de emprego;
12. Criação do Salário Mínimo Goianiense, com valor inicial 100% maior em relação ao salário mínimo nacional;
13. Fazer programa de hortas comunitárias nas escolas municipais de Goiânia, priorizando a alimentação dos estudantes e a sobra a ser distribuída para a comunidade;
14. Realizar cadastro e atualização mensal de pessoas desempregadas e garantir a priorização da contratação das mesmas em toda obra executada pela prefeitura;
15. Taxação das grandes propriedades e grandes empresas, fazendo com que o ITBI, ISS e IPTU pesem mais para quem ganha mais — realizar uma reforma tributária municipal que amplie o pagamento de impostos pelos mais ricos, desonere pequenas empresas e a população mais pobre, garantindo assim mais equilíbrio social e melhorias nos serviços oferecidos pela gestão municipal;
16. Revisão das regras para cobrança do IPTU, a partir de debates nos bairros com participação majoritária da população, e não com empreiteiras nem em reuniões fechadas no Paço Municipal e na Câmara;
17. Realização de uma auditoria da dívida do município para eliminar a sangria desordenada de recursos públicos e melhorar a capacidade financeira do município para atender os interesses da população;
18. Cobrança rigorosa das dívidas ativas de impostos dos grandes bancos e empresas; Elaboração de um projeto de lei que, em última instância, retire o alvará dos sonegadores;
19. Garantia de aprovação de lei que destine 30% das vagas em concursos públicos municipais aos negros e indígenas do Brasil, com o objetivo de garantir acesso da população negra a postos públicos de trabalho.

TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA

Goiânia conta com uma frota de mais de 1 milhão de veículos motorizados; um número alarmante por ser quase equivalente ao número total da população goianiense que, segundo o censo de 2022, contava com 1,4 milhão de habitantes. Em consequência disso, o trânsito da cidade é, há anos, afetado por uma má gestão e abandono, o que tira do povo seu direito à mobilidade. Uma dessas áreas afetadas é a área do transporte público.

Um dos pontos mais graves é a interminável obra do BRT, iniciada em 2015, com orçamento inicial de R\$ 245.000.000,00, já alcança agora o valor de R\$ 325.000.000,00. A previsão inicial de 20 meses, previa a conclusão das obras no final de 2016, ainda na gestão de Paulo Garcia. Ano após ano, promete-se a finalização das obras, que já quase se tornou lenda urbana. A finalização da obra do BRT é aguardada pelos goianienses com expectativa, tendo em vista que o BRT promete um ganho de tempo considerável para aqueles que precisam cruzar Goiânia de norte à sul. A expectativa de melhoria do transporte coletivo de Goiânia, no entanto, não pode ser pautada somente na conclusão das obras do BRT.

O descaso com o transporte público em Goiânia não é legado somente da atual gestão, é uma situação que vem de anos e é assim em função do caráter concessionário do nosso transporte coletivo. O congelamento do preço da passagem, política pública exitosa que vem ocorrendo desde 2019, não pode ser justificativa para o descaso que as empresas concessionárias integrantes da CMTC praticam. Na realidade, essas empresas estão sendo muito bem pagas! Ainda que a tarifa esteja congelada para a população, o estado e os municípios integrantes da Região Metropolitana de Goiânia subsidiam o preço da passagem, repassando mensalmente o valor aproximado de 12 milhões e meio, é recurso público repassado diretamente às empresas privadas culpadas pelos atrasos, pela superlotação e pelas péssimas condições de nossos ônibus e terminais.

Para a piora da situação, a precarização da empresa pública METROBUS – Transporte Coletivo S/A, que atua no transporte coletivo goianiense há mais de 50 anos, faz com que os governantes tentem justificar a privatização como única saída para a situação dos ônibus e eixos da grande Goiânia. Há ainda uma falta de estímulo e desvalorização de transportes alternativos como bicicletas e suas ciclovias, exploração de trabalhadores por meio de aplicativos de entrega e aplicativos de transporte urbano privado, etc.

O transporte hoje é voltado principalmente para deslocamento de força de trabalho – assim, só serve nos dias úteis e em horário comercial; nas noites e finais de semana, torna-se um problema para milhões de pessoas país afora. Devemos mudar sua função social para atender as demais necessidades da população: lazer, acesso a saúde, educação e outras questões.

É necessário um transporte que não pese no bolso de quem trabalha, que permita gastar no máximo 30 minutos para chegar ao trabalho e voltar dele. O transporte por ônibus deve ser combinado com outros tipos de transporte, como metrô, motos, bicicletas e teleféricos.

Os principais responsáveis pela péssima qualidade do sistema de transporte são os empresários privatistas, que só buscam o lucro e não o bem-estar da população. A administração municipal de Goiânia deve se comprometer com a obtenção de um trânsito mais justo e fluido, garantindo que todo cidadão possa se locomover com segurança e agilidade contando com um transporte público gratuito. Além desse cuidado com o transporte, deve haver também uma maior política de infraestrutura, que seja responsável pela manutenção ativa da planta cadastral do município de Goiânia, recomposição ou reposição asfáltica de qualidade, dentre outros serviços:

1. Auditoria dos contratos relativos ao BRT; finalização das obras e expansão da capacidade das linhas de ônibus de toda a cidade;

2. Auditoria de contratos de concessões de empresas de transporte do município pelo fim da sonegação fiscal e dos contratos favoráveis aos grandes empresários;
3. Redução imediata e gradativa da tarifa do transporte;
4. Reestatização das empresas de transporte coletivo;
5. Estudo sobre o melhor formato para aplicar a tarifa zero nos fins de semana na cidade e todos os dias para trabalhadores desempregados; garantir o passe livre estudantil irrestrito;
6. Planejar a redução da carga horária dos motoristas de ônibus;
7. Repensar a urbanização das trilhas de pedestres de forma inteligente e orgânica;
8. Criação de uma Empresa Municipal para iniciar os estudos para implantação do metrô e posteriormente executar as obras;
9. Melhor estruturação do sistema cicloviário: um conjunto de vias para ciclistas que atenda toda a cidade e seja completamente integrado ao sistema de transporte público. Iniciar revitalizando as ciclovias já existentes. Ampliá-las construindo eixos centrais, tornando o sistema integral e com grande segurança; criar mais bicicletários públicos na cidade para que haja mais segurança para guardar as bicicletas;
10. Criar uma empresa pública de táxi, com aplicativo de mobilidade sem fins lucrativos para a Prefeitura, permitindo que os motoristas recebam mais e os passageiros paguem menos; criação de pontos de apoio aos motoristas por toda a cidade;
11. Participação popular na criação de novas linhas de ônibus;
12. Melhoria das sinalizações verticais e horizontais da cidade;
13. Reforma e ampliação dos Terminais e Eixos;
14. Realização de Conferências Municipais do Transporte, para garantir a participação da população dos debates referentes ao transporte na nossa cidade;
15. Implantar uma Central de Controle do Tráfego para monitoramento em tempo real, ágil e inteligente, permitindo intervenções rápidas e planejamento de melhorias;
16. Ter como meta que o trabalhador leve no máximo 30 minutos no deslocamento de/para o trabalho.

CULTURA

A cultura é um bem de todos que deve ser acessado a fim do reconhecimento da identidade do povo goiano, sua história e memória. É necessário zelar pela preservação, fortalecer, incentivar e fomentar os centros culturais, museus, o patrimônio histórico-cultural de Goiânia e as manifestações artísticas e culturais que acontecem por toda a cidade em sua pluralidade e diversidade, por meio de políticas públicas. Além disso, é necessário trabalhar pelo amplo acesso à cultura garantido, sobretudo, pelo direito à cidade.

Em Goiânia, as mais diversas manifestações artísticas e culturais populares, nas quais a população - em especial a periférica - ocupa as ruas e espaços públicos da cidade (a exemplo do Chorinho, as batalhas de RAP, os Slam's, entre outras), têm sofrido repressão. Essa repressão perpetua a lógica excludente, elitista e racista de acesso à cidade. Deve ser responsabilidade da Prefeitura fortalecer e fomentar o circuito cultural da cidade, inclusive nas regiões periféricas, promovendo a inclusão e a ocupação da cidade pelo povo.

Incentivar a cultura na nossa cidade e garantir as condições de acesso são ações essenciais para o reconhecimento da identidade do povo goianiense, sua memória, sua história e a criação de uma Goiânia mais justa e igualitária. Sendo assim, apresentamos nossas propostas:

1. Estabelecer centros culturais populares em todas as regionais da cidade, com a gestão compartilhada entre o poder público e os movimentos sociais locais. Esses centros serão voltados para a promoção de atividades culturais, artísticas e educativas, acessíveis a todos os segmentos da população;

2. Reformar e expandir teatros, bibliotecas, museus e centros culturais existentes para garantir a inclusão de diferentes formas de expressão cultural e artística, bem como melhorar o acesso à população; fortalecimento dos equipamentos culturais de memória em Goiânia, como museus e centros culturais. Fomento aos Centros Culturais:

Goiânia Ouro, Estação Cultura, Marietta Teles e Mercado Popular 74; e Museus municipais: Museu de Arte de Goiânia e Museu Frei Confaloni, com ampliação do investimento em toda a cadeia museológica com formação, equipamentos e ferramentas;

3. Pelo fim da criminalização dos eventos de rua: batalhas de rap, chorinhos, blocos fora de época, etc.; pela democratização do acesso à cultura;

4. Criar espaços culturais itinerantes/móveis que possam ser deslocados para bairros periféricos e áreas de difícil acesso, garantindo que toda a cidade tenha acesso a atividades culturais de qualidade;

5. Cumprimento da Lei Municipal de Cultura (Lei nº 9954 de 05 de dezembro de 2016), em especial regularizando os recursos do Fundo Municipal de Apoio à Cultura (FAC), instituindo regularmente os editais de incentivo nas diversas áreas da cultura;

6. Estabelecer editais culturais, com o fundo municipal de cultura, que dê prioridade para projetos que seja criado, desenvolvido e envolvem a participação ativa da população dos bairros periféricos;

7. Implementar nos centros culturais programas de formação e capacitação em artes para jovens e adultos, com cursos gratuitos em diversas áreas artísticas, como música, teatro, dança, literatura e artes visuais;

8. Implementar nos centros culturais programa específico para garantir a inclusão e a participação de grupos historicamente marginalizados, como a população negra, indígena, LGBTIA+, pessoas com deficiência e migrantes, no cenário cultural da cidade;

9. Promover eventos culturais com entrada gratuita e a preços populares, garantindo que todos os cidadãos, independentemente de sua condição socioeconômica, possam participar e se beneficiar das atividades culturais;

10. Garantir que todos os espaços e eventos culturais sejam acessíveis para pessoas com deficiência, promovendo a inclusão através da adaptação de espaços e oferecimento de recursos como intérpretes de LIBRAS e audiodescrição;

11. Integrar atividades culturais em todas as escolas municipais, promovendo a educação cultural desde a infância e utilizando a arte como uma ferramenta para o desenvolvimento crítico e social dos jovens;

12. Estabelecer parcerias com movimentos sociais e organizações comunitárias para o desenvolvimento de projetos culturais que abordem questões sociais, políticas e econômicas, utilizando a arte como meio de conscientização e mobilização;

13. Promover a economia solidária no setor cultural, incentivando a criação de cooperativas culturais e empresas culturais de base comunitária, que promovam uma distribuição mais justa dos recursos e dos benefícios da cultura;

14. Usar recursos do fundo cultural municipal para investir na preservação e recuperação de patrimônio histórico e cultural da cidade, garantindo que os recursos culturais sejam preservados para as futuras gerações e para o fortalecimento da identidade cultural da cidade;

15. Garantir ampla divulgação das reuniões do conselho municipal de Cultura para incentivar a participação de representantes de movimentos culturais, artistas e da sociedade civil, para assegurar que as políticas culturais sejam construídas de forma democrática e participativa;

16. Realização anual do Festival de Cultura Goianiense, para a ampla promoção da cultura popular local e valorização dos artistas e trabalhadores da cultura da cidade;

17. Realização de concursos municipais anuais de música, dança, gastronomia, artes plásticas, teatro, escrita e audiovisual, com foco em atingir a juventude goianiense;

18. Criar parcerias entre o Estado e o Município para a realização de feiras, exposições, oficinas de artes no Centro Cultural Cora Coralina e outros pontos de cultura de Goiânia que estão sob a responsabilidade do Estado.

ESPORTE E LAZER

O esporte e o lazer são direitos fundamentais de todo cidadão goiano, porém infelizmente, muitas vezes somente quem tem dinheiro pode praticar, assistir eventos esportivos e/ou dedicar-se profissionalmente ao esporte. Somos contra a elitização dos esportes: todos os cidadãos devem ter o direito de igualmente ter acesso a prática esportiva e também poder desfrutar de eventos esportivos com segurança, pois a violência afasta cada vez mais pessoas de esportes, como o futebol. Por isso, pautamos:

1. Criação de Centros Esportivos Comunitários, geridos pela própria comunidade, com apoio aos eventos esportivos realizados nos bairros, estimulando a prática não somente de futebol, mas também de voleibol, handebol, basquetebol, capoeira, artes marciais e diversos outros esportes, conforme a demanda da comunidade. Também ampliaremos as ações de escolinhas esportivas existentes nos bairros da cidade, qualificando os técnicos e apoiando-os com materiais esportivos adequados à vivência esportiva.

2. Garantir que Goiânia esteja a frente do cumprimento do Estatuto do Torcedor, a fim de assegurar uma redução da violência entre as torcidas no futebol;

3. Criação de um Departamento de Futebol Amador visando resgatar o futebol de várzea, símbolo cultural do nosso estado e da nossa cidade, estimulando a participação de crianças, jovens e adultos na prática do futebol, descentralizando, assim, a gestão da política de esporte e lazer para as entidades populares, como meio de ampliar as atividades esportivas nos bairros;

4. Instituir Torneios Esportivos Estudantis Municipais com regularidade definida, abrangendo diversas modalidades

5. Estimular a participação das mulheres em todas as modalidades esportivas;

6. Reconstruir o Sistema Municipal de Esportes e Lazer;

7. Atuar em conjunto com o governo Estadual, as equipes e a Federação Goiana de Futebol a fim de diminuir a tarifa dos ingressos de partidas, garantindo o amplo

acesso. Somos contra a gourmetização e a elitização desse esporte que é um patrimônio cultural dos trabalhadores/as goianos;

MEIO AMBIENTE

Considerando o acelerado e desordenado processo de urbanização da cidade de Goiânia, graves problemas ambientais provieram de seu planejamento desigual e são extremamente visíveis nos dias de hoje. Entre os maiores problemas ambientais encontrados na nossa cidade estão a poluição atmosférica, má destinação de lixo, as ilhas de calor e os pontos de alagamento.

Por mais que Goiânia há muito tenha sido condecorada por seus pontos turísticos arborizados, além de seus belos parques que contam com uma grande diversidade natural, essa não é uma realidade encontrada nas periferias da cidade. Os programas de incentivo à arborização na capital não levam em consideração os bairros que carecem de parques e praças arborizadas, permitindo que tais benefícios sejam visíveis apenas nos bairros centrais e/ou tradicionais.

Além disso, o aterro sanitário de Goiânia, que já deveria ter sido eliminado, se mostra como um risco ambiental para as áreas residenciais no seu entorno, uma vez que não está suportando mais a quantidade de resíduo. Ademais, sua existência também traz riscos à saúde dos trabalhadores que atuam de forma irregular no local.

Esses são alguns dos problemas que assolam o meio ambiente da cidade. Dessa forma, as propostas estão envoltas nos objetivos de promover programas de proteção ao meio ambiente, da criação de vias mais eficientes que evitem as ilhas de calor, de campanhas que possam efetuar a arborização nas regiões periféricas da cidade, entre outros projetos que coloquem a nossa cidade como uma exemplo de ambiente sustentável. Propomos:

1. Construção de parques lineares ao longo do leito dos rios e gradativa descanalização dos mesmos, com reassentamento das famílias que se encontrarem nas áreas de inundação, fundo de vale e encostas em condições iguais ou superiores

às que moram atualmente, conforme previsto no Estatuto das Cidades (Lei Federal 10.257/2001);

2. Garantia de uma COMURG 100% pública, com participação direta da população nas decisões e no planejamento da companhia;

3. Realizar o planejamento urbano, mediante a rediscussão do plano diretor com a população, para que seja acompanhado o crescimento da cidade, orientando adequadamente a contínua construção de Goiânia;

4. Realização de campanhas municipais nos bairros com intuito de levar as práticas de plantio e uso do solo para os bairros periféricos, expandindo a arborização na cidade;

5. Organizar campanhas de plantio de árvores frutíferas nos parques e praças;

6. Concluir o Programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns;

7. Comprometimento com formas mais rígidas de proibição de queimadas urbanas;

8. Planejamento emergencial da construção de um novo aterro sanitário;

9. Disponibilização de serviços para destinar adequadamente os restos de entulhos de construções civis e criar um Selo Verde da Prefeitura para premiar obras construídas que reaproveitam entulho processado;

10. Fomentar usinas de compostagem, melhorias na coleta seletiva e subsídio à cooperativas de catadores de material reciclável;

11. Profissionalizar guias ambientais que contribuam para a preservação e a conscientização de visitantes nos patrimônios naturais;

12. Disponibilização de dispositivos hidráulicos de controle de água nos prédios públicos.

13. Política de replantio de árvores por toda a cidade, com a participação das escolas em projetos específicos e envolvimento de toda a população nas áreas gerais;

14. Despoluição de córregos e rios, com a universalização do sistema de saneamento da cidade;

15. Universalizar a coleta seletiva, com grande incentivo às associações de catadores existentes e incentivo à criação de novas; garantia de infraestrutura de

galpões, prensas, carrinhos, caminhões e demais instrumentos para coleta e gestão dos resíduos sólidos;

16. Implementar uma política de reassentamento das famílias que residem em encostas e fundos de vale, transformando esses espaços em parques e áreas de lazer e esporte.

SAÚDE

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado em 1988, por meio da Constituição Federal Brasileira, garantindo a saúde como um direito de todos e um dever do Estado (Art.196). A descentralização do SUS e sua regionalização é necessária, tendo em vista a singularidade de cada região brasileira. Logo, em 2006, foi firmado o Pacto pela Saúde que reconhece o município como o principal responsável pela saúde de sua população.

Em 2020, a pandemia do novo coronavírus demonstrou que defender o SUS é questão de sobrevivência. Assim, devemos sempre seguir seus três pilares: integralidade, universalidade e equidade. A integralidade está relacionada com um olhar holístico sobre o conceito de saúde, considerando o cidadão como um todo, entretanto, sem esquecer a comunidade e buscando garantir a qualidade de vida para todos e todas. Urge, então, a integração de ações: promoção de saúde, prevenção de doenças, tratamento e reabilitação. Por conseguinte, precisamos ampliar a atenção básica, pois ela é a porta de entrada do sistema de saúde. Além disso, a intersetorialidade é necessária por meio da garantia do acesso à água, esgoto, esporte, lazer, cultura, etc.

O conceito de universalidade assegura que o acesso às ações e serviços deve ser certificado à toda população de forma gratuita e livre de discriminação, independente de qualquer fator social e/ou pessoal. À vista disso, é preciso ampliar o alcance das unidades de saúde com a finalidade de atingir todos os bairros.

Por fim, a equidade tem o intuito de diminuir desigualdades, certificando a individualidade do paciente, levando em consideração a especificidade de cada população e reconhecendo a vulnerabilidade de certos grupos (indígenas, negros, quilombolas, portadores de deficiência, LGBTQ, situação de rua, idosos, crianças e mulheres). Isto posto, é perceptível a urgência de treinar os profissionais da saúde com o propósito de prepará-los para atender de forma eficiente as individualidades

A situação atual da saúde no município, após tantas danças das cadeiras na gestão e pouco cuidado com a população, apresenta um IMAS endividado, debilitado e aquém da necessidade dos goianienses, além de problemas nos atendimentos em

maternidades: três maternidades municipais (Hospital e Maternidade Dona Íris, Hospital e Maternidade Municipal Célia Câmara e Maternidade Nascer Cidadão) chegaram a suspender cirurgias e atendimentos por falta de repasses da prefeitura à fundação responsável pela gestão dessas unidades de saúde, demonstrado desprezo pela saúde e vida das gestantes de Goiânia e região metropolitana.

Além da bagunça nas contas, há um caos na infraestrutura da saúde no município: das 12 obras de novas unidades básicas prometidas pela gestão de Rogério Cruz, até hoje nenhuma foi entregue e as obras de 11 delas foram completamente abandonadas. O CAIS do Jardim Guanabara III foi fechado em 2020 para reformas e segue sem atender à população. A partir das situações colocadas acima, propomos:

1. Fortalecer a atenção primária em saúde mediante ampliação do Programa de Saúde da Família, por meio das Unidades Básicas de Saúde e das Equipes de Saúde da Família; conclusão das obras paralisadas e expansão da rede municipal de atenção básica;

2. As equipes de saúde devem ser multiprofissionais, ou seja, atuação de médicos, enfermeiros, farmacêuticos, dentistas, agentes comunitários de saúde, fisioterapeutas, profissionais de educação física, nutricionistas e psicólogos. Para garantir que essas equipes atuem de forma completa em todas as regiões goianienses, será prevista a abertura de concursos para as profissões citadas acima;

3. Garantia de acesso a atendimento psicológico à população no âmbito preventivo e recuperativo, com a manutenção dos já existentes Centros de Atenção Psicossocial, incluindo as especialidades infantil, transtorno mental e álcool e outras drogas, bem como Centros de Convivência Cuca Fresca e as Unidades de Trabalho e Produção Solidária em Saúde Mental. Além disso, é necessário criar mais unidades desse tipo em Goiânia, acessando os bairros mais periféricos. Isso se dará através da destinação de mais recursos do orçamento municipal para a área de saúde, trabalhando para melhorar a infraestrutura e o atendimento do SUS;

4. Oferecer cursos de capacitação para profissionais da saúde com enfoque no processo saúde-doença de populações vulneráveis;

5. Garantir o funcionamento das Unidades Básicas de Saúde a partir de boa infraestrutura, recursos materiais e insumos suficientes;
6. Implantar programas que busquem a valorização dos profissionais da saúde;
7. Aumentar o número de farmácias de referência nos distritos sanitários, facilitando o acesso aos medicamentos controlados;
8. Ampliar os Grupos de Apoio e os Núcleos de Apoio das Unidades Básicas de Saúde da Família, para assim assegurar o acesso de toda a população;
9. Implantar programas que visem o atendimento em casa de indivíduos que possuem dificuldade de locomoção: “Remédio em Casa” e “Fisioterapia em Casa”;
10. Qualificar profissionais da saúde para o atendimento de pessoas que não sabem ler e escrever, a universalização do acesso à saúde;
11. Fortalecer e divulgar a Conferência Municipal de Saúde, levando em conta o princípio organizativo do SUS de participação popular;
12. Trabalhar com Medicina Preventiva, por meio da construção de ambientes ao ar livre, que proporcione a prática de exercícios físicos, além de buscar oferecer auxílio de profissionais da Educação Física;
13. Garantir o direito ao respeito do nome social nos atendimentos;
14. Introduzir um maior número de dentistas, técnicos e auxiliares nas UBS, aumentando os programas odontológicos;
15. Realizar ações em escolas da rede municipal para informar crianças e jovens sobre questões relacionadas à prevenção de doenças e promoção de saúde;
16. Efetuar as políticas de saúde para as populações vulneráveis (negra, indígena, LGBTQ, quilombolas, situação de rua, pessoa com deficiência, idosa, criança e mulher), garantindo a atenção integral em suas especificidades, nos diferentes níveis de complexidade;
17. Operar os sistemas de informação referente à atenção básica (SINAN, SI-PNI, SINASC, SIA e CNES) de forma transparente, alimentando regularmente o banco nacional com dados e utilizar essa ferramenta para realização de um planejamento eficaz baseado em nestes;
18. Priorizar a contratação de profissionais via concurso público;

19. Aprimorar a inserção dos profissionais da Atenção Básica nas redes locais de saúde, valorizando-os e provendo vínculos de trabalho que favoreçam o provimento e fixação destes na rede pública;

20. Amplificar programas de prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, oferecendo cursos de educação sexual em UBS, garantindo a distribuição de preservativos e informando a população por meios de comunicação de massa (propagandas em televisão, redes sociais);

21. Fiscalizar UBS para reparar irregularidades na prestação de serviço público;

22. Defender o SUS e divulgar sua importância em campanhas midiáticas;

23. Promover a descentralização através da abertura de novas unidades de saúde nas periferias da cidade e cuidar de cada região de acordo com suas particularidades;

24. Ampliar a representatividade nos Conselhos de Saúde, abrindo espaço para que demandas de populações vulneráveis sejam atendidas.

EDUCAÇÃO

A educação, enquanto ampla concepção, diz respeito à capacidade humana de produzir, transmitir e receber saberes, que alteram o mundo e, ao mesmo tempo, os próprios sujeitos. Os saberes estão nas famílias, nas ruas, nas brincadeiras, nas experiências e vivências dos seres humanos desde o seu nascimento até seu envelhecer. Assim, é indispensável que um partido que propõe a transformação da sociedade tenha como um de seus pilares a educação. As lutas sociais, são por si mesmas, grandes fontes de aprendizado.

É necessário pensar a educação formal que, atualmente no Brasil, se estrutura segundo a LDB/96 enquanto educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e educação superior (graduação e pós-graduação). A atuação do município, geralmente, se concentra na garantia da educação infantil, com creches e pré-escolas e na oferta do ensino fundamental. O espaço da educação formal é de extrema importância por se constituir num espaço de desenvolvimento da criança, de apresentação dos saberes científicos acumulados pela humanidade e de trocas entre a comunidade escolar. Entretanto, a política atual do município tem sido contrária a essas concepções: não abre escolas, mas fecha-nas, dificultando o acesso das crianças, das famílias e dos profissionais da educação ao sistema de ensino.

A Unidade Popular, por sua vez, repudia essa forma de atuação e entende que educação deve ser pensada e planejada de modo que garanta a já existente, e prevista por lei, gestão democrática e participativa das escolas, a autonomia na construção dos projetos políticos pedagógicos e que implemente um novo modelo educativo pautado em educar para liberdade e autonomia, formando cidadãos críticos que vão fazer parte da História. Por isso, seguem as propostas deste plano de governo para a educação em Goiânia:

1. Pela revogação imediata do Novo Ensino Médio;

2. Mapeamento por bairro da educação em favor do fim do analfabetismo e melhoramento do ensino público;
3. Somos contrários ao Programa Escola Sem Partido e favoráveis à inclusão do Projeto de Educação Sexual nas instituições de Ensino Básico municipais. Com a intenção de promover a autonomia do professor dentro da sala de aula, buscando a qualidade do ensino sem as barreiras que o Programa impõe. Incentivar o diálogo contra o abuso sexual e a percepção da escola como zona segura para a criança se expressar e fazer denúncias;
4. Fortalecer o EJA e convocar juntamente com a Secretária de Educação, professores e licenciandos para realizar frente de alfabetização nos bairros periféricos;
5. Construir um novo modelo educacional crítico, contrário ao modelo bancário normatizado, e favorável ao desenvolvimento intelectual de amplo espectro;
6. Implementação de bibliotecas em todas as escolas da rede municipal, fortalecimento e divulgação das bibliotecas já existentes e fomentação de campanhas municipais de incentivo a leitura;
7. Aumento dos concursos públicos municipais na área da educação e expansão do salário dos educadores;
8. Ampliação dos CMEIs, com o objetivo de cessar o déficit goianiense em que, de acordo com a SEPLAN, 102 bairros de Goiânia não possuem CMEIs e apenas 17 bairros possuem mais de um, o que é insuficiente;
9. Criação do programa “Escola Aberta” com o objetivo de garantir em cada escola a educação laica, com equipamentos tecnológicos, fornecimento de materiais escolares para alunos baixa-renda, valorização das histórias indígena, negra e regional, ensino de artes, xadrez, educação física, e alimentação para os estudantes e educadores, a partir das hortas comunitárias e agricultura familiar, além de possibilitar a integração da escola com a vida social dos bairros;
10. Cumprir a nova lei que garante a presença de Psicólogos Escolares e Assistentes Sociais nas escolas pública fazendo a contratação desses profissionais por meio

de concurso público, de forma a garantir que esses profissionais possam atuar em todo o sistema de educação no território municipal;

11. Amplo diálogo com educadores dentro dos projetos propostos em favor de construir juntos a melhor educação municipal possível em nossa cidade;
12. Introduzir o ensino de programação na educação básica.

HABITAÇÃO

Goiânia, como toda cidade, é fruto de uma construção coletiva, do trabalho social. Porém, nas últimas décadas, o espaço urbano tem sido refém dos interesses de grandes capitalistas do setor imobiliário e da construção civil, sendo tratado pelos governos como uma mercadoria. Em todo o Brasil, a especulação imobiliária, movida por bancos e grandes empreiteiras, se desenvolve sem controle: privatizam a cidade, corrompem e controlam prefeitos, governadores e parlamentares, aumentam indiscriminadamente o preço dos imóveis e aluguéis, e passam por cima de leis ou de qualquer um que atrapalhe seus negócios.

Dessa forma, a especulação imobiliária e fundiária agrava o problema do acesso à terra e à habitação: a falta de moradia alimenta a especulação, e ambos expulsam os pobres para a chamada “periferia da periferia”, lugares onde não existe o verdadeiro exercício da cidadania, pois quando se tem acesso à moradia nesses locais, com muita dificuldade se tem acesso à saúde, à educação, ao saneamento, à eletricidade, à pavimentação, etc. Ou seja, a especulação se alimenta da miséria dos trabalhadores.

De acordo com dados de pesquisa do Instituto Mauro Borges, em 2018 cerca de 150 mil famílias (25,6% do total do CadÚnico) estão em condições de déficit habitacional, correspondendo a aproximadamente 430 mil pessoas em todo o Estado. O déficit habitacional é um problema relevante também na região metropolitana de Goiânia. Em nosso município, por exemplo, este é mais intenso, onde vivem cerca de 13,65% das famílias goianas que enfrentam este problema. E o principal fator que acentua esse dado é o valor médio dos aluguéis no município, situação que se agravou após a pandemia, com aumento das pessoas em situação de rua.

O eixo central de nossa campanha é a reforma urbana e a luta pela moradia digna. A nossa cidade é lugar de diversidade, de encontro, da convivência coletiva, da vida democrática. É por isso que todos devem ter direito à cidade, entendido como o

direito à terra, aos meios de subsistência, à moradia, ao saneamento ambiental, à saúde, à educação, ao transporte público, à alimentação, ao trabalho, ao lazer e à informação. O direito à cidade é também o direito de dizer em que cidade queremos viver, o direito de mudar a cidade, recriá-la, democratizá-la.

Defendemos, portanto, que o desenvolvimento urbano não atenderá mais à vontade da especulação imobiliária e passará a ser planejado para atender as necessidades da população. Não haverá mais terrenos e prédios desocupados, nem a propriedade privada do solo urbano, que passará a ser coletiva. O crescimento da cidade será igualitário, pondo fim às diferenças na qualidade de vida entre as diversas regiões. Os bairros populares estarão bem equipados e terão oferta abundante de emprego, acesso à cultura, saúde e educação de qualidade, o transporte será melhor e todas as habitações serão dignas.

Como apresentado anteriormente, Goiânia é uma cidade que sofre com a chaga da falta de moradia, um problema que é simples de ser sanado, mas que não é resolvido por conta dos interesses fundiários e imobiliários capitalistas. Estes, por meio da especulação imobiliária, que alimenta a falta de moradia e que, por conseguinte, retro- alimenta a especulação, enchem o bolso de dinheiro às custas da miséria e da desgraça de nosso povo. Para isso, propomos:

1. Garantir condições dignas de vida para toda a população trabalhadora: direito à moradia, emprego, alimentação, saúde, saneamento, educação, transporte, cultura e lazer;
2. Democratizar a propriedade da terra, pondo fim às grandes propriedades ociosas e desapropriando as áreas privadas que sejam de interesse social;
3. Garantir a função social da propriedade, priorizando o interesse coletivo de toda a população;
4. Destinar imóveis vazios para fins de moradia popular;
5. Implementar tarifas sociais para os serviços públicos municipais;

6. Investir em obras de infraestrutura urbana que visem a maior integração da cidade, acabando com a divisão entre a cidade dos ricos e a cidade dos pobres;
7. Priorizar o transporte coletivo público e a melhoria das condições de mobilidade urbana da população;
8. Garantir a gestão democrática e o controle social da cidade como formas de planejar, produzir e governar coletivamente o espaço urbano;
9. Incentivar e apoiar práticas de autogestão e produção social da cidade;
10. Preservar e recuperar o patrimônio histórico, artístico, cultural e ambiental;
11. Criar o “Programa de Coleta Solidária” para estimular o descarte consciente dos resíduos sólidos e promover o desenvolvimento de cooperativas de catadores de material reciclável com o objetivo de desenvolver práticas de Economia Solidária e ação de cooperativismo popular;
12. Fazer auditoria de todos os contratos da Prefeitura com as empresas de limpeza urbana, com a função de eliminar a corrupção e garantir que o dinheiro público seja utilizado efetivamente para o asseio e a conservação da cidade;
13. Estabelecer uma política de tributação progressiva do IPTU e regulamentar em Lei a finalidade social para o mesmo.

SEGURANÇA PÚBLICA

Em diferentes debates que fazemos na nossa sociedade, sempre surgem aqueles que a todo momento se referem à segurança pública enquanto uma questão de mera repressão. A resposta tende a se basear no aumento da punição, em mais armas e mais violência contra aqueles que cometem crimes e, com isso, alimentamos uma guerra sem fim. Porém, vale ressaltar: não nos sentimos mais seguros.

Dessa forma, em todos os âmbitos da segurança pública, candidatos continuam defendendo mais armamentos e aumento da violência policial como resposta. O que não se percebe pela defesa da violência estatal enquanto resposta ao crime, é que apenas garantir mais armas e mais punições não tem nos ajudado, pois o trato com a segurança pública deve se dar com inteligência e não com brutalidade; esta apenas piora o problema, pois dissolve os limites legais de atuação das polícias, ao aumentar a corrupção interna, a agressão contra a população jovem, negra e periférica, e agravar a situação, distanciando o governo do cerne da questão.

Evidentemente, a violência nas nossas cidades é um grande problema que não irá desaparecer instantaneamente, porque tem raízes bem profundas. Por isso, é necessário aumentar redes de integração das polícias, fortalecimento de instâncias de acolhimento de vítimas de violência, qualificação profissional e melhoria de condições de trabalho para os agentes policiais, sendo esses apenas alguns dos pontos necessários que devemos frisar. Visamos atuar de forma preventiva no que diz respeito ao problema de segurança, investindo em infraestrutura urbana, como por exemplo, iluminação e câmeras de segurança. Cientes de que a política preventiva por si só não resolve o problema, propomos uma política de segurança pública que efetive direitos do povo e das vítimas:

1. Fortalecer a atuação em segurança primária para atacar as causas do aumento dos indicadores criminais, que podem ser diminuídas com enfrentamento causal, como: a evasão escolar, o desemprego, pela necessidade de revitalização

urbana, ampliação do aparelho público destinado a elevar o nível social com foco nos bolsões de problemas diagnosticados;

2. Instituir a Secretaria de Segurança Pública Municipal;

3. Desmilitarização da Guarda Municipal — sua total reestruturação não deve ser baseada na política desastrosa da Polícia Militar. Ao invés disso, deve ser orientada para a criação de uma Guarda Civil com objetivo de atuar de forma comunitária, visando a defesa e proteção da população;

4. Direcionar a política de integração de segurança no âmbito do município;

5. Desenvolvimento de Conselhos Comunitários de Segurança nos Bairros;

6. Realizar a conferência municipal de segurança, com objetivo de promover debates sobre segurança pública com toda a sociedade;

7. Criação da rede digital (aplicativo) de segurança cidadã, envolvendo central de denúncias, com objetivo de estabelecer com a comunidade, a sociedade civil organizada e parceiros uma Central de Monitoramento;

8. Extinguir a Ronda Ostensiva Municipal (ROMU), integrando seus agentes à Guarda Civil Metropolitana (GCM), a partir da unificação não somente de atuação, como também dos brasões, utilizando o brasão do Governo Municipal para evitar que haja subdivisões internas;

9. Fortalecer pesquisas críticas que estudem os fatores criminológicos;

10. Instituir um programa de formação em direitos humanos para os agentes da Guarda Civil Municipal;

11. Instituir um plano de carreira único e continuado para a Guarda Civil Metropolitana;

12. Integrar o videomonitoramento municipal com o estadual;

13. Intensificar a fiscalização de trânsito em apoio à Secretaria Municipal de Mobilidade;

14. Vincular fiscalização de trânsito nos pontos prioritários de segurança pública diagnosticados;

15. Integrar a Guarda Municipal no sistema de inteligência de segurança pública do Estado de Goiás;

16. Integrar a Guarda Municipal com o Sistema de Registro de Atendimento Integrado de Segurança Pública do Estado de Goiás;

17. Estabelecer parceria entre o estado e a Prefeitura para auxiliar no trabalho junto às Delegacias;

18. Fortalecer as existentes e criar novas casas de acolhimento de vítimas e familiares de violência;

19. Retirada de estátuas, nomes de ruas e praças que fazem referência a racistas e fascistas. Garantir que homenagens sejam feitas apenas a defensores do povo.

QUESTÃO RACIAL

No Brasil vivemos sob o mito da democracia racial, que tenta apagar as mazelas produzidas por três séculos de escravidão dos corpos negros. Dessa forma, é comum ouvirmos que há igualdade e que o racismo não existe, contudo dados e estudos nos revelam outra realidade. Logo, é perceptível que essas mentiras implantadas em nossa sociedade servem para mascarar o massacre do povo negro brasileiro, fazendo da luta antirracista mais uma propaganda vazia de sentido do que uma ação efetiva.

Com um olhar atento sobre a atualidade, compreendemos que falar sobre questões raciais é falar sobre moradia, educação, saúde, mercado de trabalho, violência e representação política, tendo em vista que a população indígena e negra possuem severas desvantagens em relação à branca.

Segundo o Instituto Mauro Borges de estatísticas e estudos socioeconômicos, 75% das pessoas em situação de rua em Goiânia são negras e 77% da população carcerária é negra (cabe destacar que 42% nem sequer tiveram condenação). É fato incontestável que esses dados nos revelam uma população goiana contaminada por racismo - estrutural, institucional e individual.

Assim sendo, são necessárias políticas afirmativas para diminuir qualquer tipo de violência racial, seja ela biológica, psíquica, social ou física, engendrando a redução das desigualdades e do impacto do racismo, e compreendendo que esse só chegará ao fim, por conta de sua dimensão estrutural e estruturante, junto com a derrubada do capitalismo e a construção de uma nova sociedade, a sociedade socialista. Por isso, propomos:

1. Fortalecer a Secretaria de Direitos Humanos e Políticas Afirmativas, para garantir espaço institucional, ampliando as políticas públicas sobre o tema e luta contra intolerância religiosa às religiões de matrizes africanas;

2. Criação da Secretaria de Direitos Humanos e Combate ao Racismo. Objetivo: garantir espaço institucional para ampliar as políticas públicas sobre o tema;
3. Garantir o cumprimento da Lei 10.639/2003, obrigando o ensino da história e da cultura africana, afro-brasileira e indígena em todas as escolas, visando fortalecer a consciência e identidade racial da população racializada brasileira;
4. Ampliar a verba para políticas e campanhas de combate ao racismo em Goiânia;
5. Exoneração mediante processo administrativo de servidores que apresentarem condutas racistas, sendo punidos e processados de acordo com a Lei nº 7.716 que define os crimes de racismo;
6. Qualificar profissionais da saúde para o atendimento especializado em questões específicas da população negra através do cumprimento da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra;
7. Garantir aprovação de lei que destina 30% das vagas dos concursos públicos municipais aos negros e indígenas;
8. Executar nas escolas políticas que visem denunciar as mazelas causadas pelo racismo, buscando evitar sua propagação;
9. Aumentar a quantidade de Unidades Básicas de Saúde nas proximidades de populações indígenas, atendendo o princípio de universalidade do SUS e garantindo sua descentralização;
10. Proporcionar cursos para profissionais da saúde sobre a importância do respeito à cultura de povos indígenas e quilombolas durante o atendimento médico;
11. Renomear ruas e retirar estátuas, monumentos e qualquer resquício do racismo estrutural e lembrança romântica do processo colonizador;
12. Coordenar projetos, programas, proposição de projetos de lei e outras políticas públicas voltadas a acabar com as desigualdades raciais;
13. Capacitar professores acerca da importância do respeito à diversidade cultural e religiosa das populações de matrizes indígenas e africanas;
14. Aferir e combater o impacto biopsicossocial do racismo e da discriminação no perfil de morbimortalidade de negros e indígenas;

15. Assegurar a implementação do programa municipal de atenção integral às pessoas com doença falciforme e outras hemoglobinopatias prevalentes em afrobrasileiros;

16. Fortalecer os mecanismos de fiscalização quanto à prática de discriminação racial no mercado de trabalho;

17. Gerar a capacitação e assistência técnica, por meio do oferecimento de cursos exclusivos à população indígena e negra;

18. Expandir o apoio a projetos de economia popular e solidária nos grupos produtivos e organizados por negros e indígenas;

19. Estimular os órgãos de segurança pública municipal a atuarem com eficácia na proteção das comunidades de terreiros, quilombos e aldeias;

20. Integrar as necessidades do povo negro nas diretrizes do planejamento das políticas de assistência social e de segurança alimentar e nutricional;

21. Desenvolver métodos de controle social de políticas, programas e ações de desenvolvimento social e combate à fome, garantindo representatividade de todos os grupos étnico-raciais;

22. Proporcionar o acesso do povo negro, quilombola e indígena, urbano ou rural, aos programas de política habitacional do município;

23. Certificar a eliminação da veiculação de estereótipos de gênero, raça, cor e etnia nos meios de comunicação;

24. Combater e acabar com a violência obstétrica aplicada às mulheres negras;

25. Propor reuniões semestrais com representantes das comunidades remanescentes de quilombolas e aldeias objetivando proporcionar maior representatividade nas tomadas de decisões municipais;

26. Identificar sistemas de indicadores, com o propósito de estabelecer metas e procedimentos para monitorar as atividades relacionadas com a promoção da Igualdade Étnico-Racial;

27. Campanhas permanentes de conscientização antirracista voltadas para servidores públicos de todos os poderes do município.

MULHERES

O capitalismo, desde seu início, tem por objetivo o aumento de lucros mesmo que, para isso, seja necessária a total submissão do povo. Explora e atravessa os direitos da sociedade e os que mais sofrem são sempre os mais vulneráveis, estando nesse meio as mulheres. O capitalismo, com seu costume de apoiar e favorecer o opressor, assegura que a estrutura patriarcal continue massacrando a mulher, principalmente, a pobre e negra. O percentual de violência contra a mulher negra é exorbitantemente maior, denunciando sua posição de alvo central da exploração e das opressões advindas do sistema atual.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 1.206 mulheres foram vítimas de feminicídio em 2018, e 61% delas era negra (soma de pretas e pardas, de acordo com classificação do IBGE). Esses dados revelam que além do machismo como obstáculo na caminhada dessa mulher, há ainda o racismo estruturado nas raízes de sua vivência, e que essas opressões dificultam imensamente a obtenção de uma vida digna de plenos direitos. No estado de Goiás, todos esses números tendem a crescer, pois o serviço público desqualificado, cortes de recursos e enfraquecimento de políticas públicas interferem em um processo [de melhora] que vinha, desde 2006, crescendo. Além da violência física sofrida pelas mulheres, há ainda a violência institucional.

Na sociedade em que vivemos ficou naturalizada a condição da mulher de responsável pelo trabalho doméstico, pelo cuidado da família, trabalho esse não valorizado, pois no geral não entendemos sua importância. A mulher já carrega em sua vida um histórico de condições exploratórias de trabalho. Porém, essa exploração não se encerra nas fábricas e empresas, tem sua continuidade em casa com suas extensivas jornadas domésticas e nenhuma retribuição econômica.

Esses e outros meios de violência contra as mulheres são recorrentes em um sistema capitalista, composto por diversas contradições as quais afetam,

principalmente, essa camada da sociedade. Sendo assim, deve haver um programa de governo na cidade de Goiânia essencialmente socialista, que lute contra toda essa linha de exploração e que tenha como base política a conscientização de toda a população sobre a situação violenta que a mulher vive. Com a finalidade de atingir nossos objetivos, pontuamos:

1. Promover, junto à Secretaria de Mulheres, campanhas permanentes de conscientização contra violência de gênero, machismo e assédio;

2. Instituir nas maternidades municipais centros de parto humanizado;

3. Promover formação para profissionais da saúde no combate a violência obstétrica;

4. Criar e/ou ampliar Centros de Referência da Mulher e CIAM (Centro Integrado de Atendimento à Mulher) para atendimento de vítimas de violência doméstica, permitindo, assim, que elas tenham tratamento psicológico, educacional e laboral, caso seja necessário;

5. Ampliar e garantir o acesso à justiça e à assistência jurídica gratuita às mulheres em situação de violência, disponibilizando mais Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher (DEAMs) e aumentando seu funcionamento para 24 horas por dia;

6. Criação de Lavanderias Comunitárias em centros estratégicos de cada região de Goiânia, com o intuito de coletivizar e tornar mais acessíveis mecanismos que desconstroem a noção de que essas tarefas devem ser feitas no âmbito privado e apenas por mulheres;

7. Garantir um amplo acesso à saúde, planejamento reprodutivo e direitos sexuais seguindo a cartilha da Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher do SUS;

8. Combater as distintas formas de apropriação e exploração mercantil do corpo e da vida das mulheres, como a exploração sexual, o tráfico de mulheres e o consumo de imagens estereotipadas da mulher;

9. Promover a organização de mulheres que vivam em contexto de vulnerabilidade social, notadamente nas periferias urbanas, por meio da Secretaria da Mulher;

10. Criar políticas públicas educacionais que combatam a discriminação contra mulheres negras, pobres, lésbicas e transexuais nos diversos níveis de ensino;
11. Capacitar profissionais de áreas tanto da saúde, como da segurança e do ensino, com o objetivo de um atendimento mais humano em situações de violência e abusos;
12. Investir na infraestrutura das ruas com iluminação adequada e maior vigilância na intenção de prevenir situações de violência;
13. Criar apoio multidisciplinar e mecanismos para coibir e eliminar todas as formas de violência estrutural contra a mulher envolvendo programas de maior acesso ao meio político, melhores condições de atendimento em todos os âmbitos, etc;
14. Priorizar a intermediação de mão-de-obra feminina nas ações do Sistema Nacional de Emprego – SINE/ GO;
15. Fomentar a criação de mais cursos municipais para mulheres em situação de vulnerabilidade social, incluindo portadoras de deficiências, como trabalhos artesanais, mecânicas, carpintarias, tecnologias da informação e comunicação, com organização de pequenas empresas que absorvam essa mão de obra;
16. Desenvolver amplas campanhas junto à sociedade para divulgação das leis de proteção à mulher, especialmente dos direitos das trabalhadoras.

LGBTIA+

De acordo com a ONG Grupo Gay da Bahia (GGB) - uma das poucas organizações que se dedica a registrar os casos de homicídio contra LGBTs - em 2018, lamentavelmente, o Brasil bateu novamente os recordes de violência: 1 homicídio a cada 19 horas, sendo o país do mundo com o maior índice.

Goiás, segundo o balanço do Disque 100, foi proporcionalmente o segundo Estado com mais denúncias de violência contra a população LGBTIA+ no primeiro semestre de 2018. No Brasil, não existem mecanismos institucionais ou vinculados aos organismos de segurança pública que quantifiquem a violência para ao menos possibilitar uma análise estatística. Entretanto, observando a realidade em nossa cidade notamos que a comunidade LGBTIA+ sofre cotidianamente, para além da violência física, abusos psicológicos dentro e fora do ambiente familiar que estão ligados ao preconceito.

Com isso, é imprescindível pautarmos assistência social ao povo goianiense que faz parte da comunidade LGBTIA+, pois essa luta é dever de todos, independente de sua orientação sexual e identidade gênero. Isto posto:

1. Criação da Secretaria Municipal de apoio à comunidade LGBTIA+;
2. Cumprimento do decreto no 265 de 29 de janeiro de 2015 que visa o respeito e usabilidade do nome social de trans e travestis nos âmbitos públicos municipais;
3. Fomentação da Atenção Básica e Atenção Especializada para pessoas T em processo de transição a partir do SUS;
4. Criação de uma Casa de Apoio à população LGBTIA+, no setor Central, que sofreram ataques, abusos ou foram expulsos de casa em decorrência de homofobia ou transfobia, visando o acolhimento dessas pessoas, com atendimento médico, psicológico e psiquiátrico de forma gratuita, e realização de formação profissionalizantes em diversas áreas;
5. Criação de cotas para pessoas trans nos concursos públicos municipais para que, dessa forma, elas possam ser inseridas no mercado de trabalho;

6. Criação de campanhas para combater o assédio moral, sexual e toda forma de violência contra a comunidade LGBTQ com o objetivo de conscientizar a população goianiense e com ela debater assuntos relacionados;

7. Criação de um Curso pré-vestibular popular Municipal específico para pessoas trans.

PCD's

Pensar nas políticas públicas e sociais é considerar todas as parcelas da sociedade, entendendo que a cidade é para todos. De acordo com pesquisa realizada pelo IBGE em 2010, as pessoas portadoras de deficiências representam 23,9% da população do país. Regionalmente, essa mesma projeção aponta para cerca de 1,6 milhão de goianos com alguma deficiência, podendo ser deficiência visual, auditiva, motora, mental ou intelectual. O âmbito municipal tem o dever de garantir os direitos às pessoas PcD's, além da acessibilidade e um tratamento anti capacitista aos habitantes goianienses. Propomos:

1. Cumprimento e fiscalização do Estatuto da Pessoa com Deficiência no âmbito do trabalho, da educação, da saúde e das políticas públicas em geral na esfera municipal;

2. Criar campanhas de Inclusão para combater a discriminação aos PcD'S;

3. Extensão das vagas de emprego do serviço público reservadas para PcD's, promovendo tanto a inclusão social quanto a inserção nos setores de trabalho;

4. Disponibilidade de Tradutores e Intérpretes em Libras e Assistentes Especializados na Educação a PcD's, por meio de concursos públicos, nas escolas municipais;

5. Maior acessibilidade para PcD's nos espaços de atendimento público, (Vapt-Vupt, Fórum, Paço Municipal, etc.) com Piso Tátil, Rampas, Sistema Braille, Tradutor e Intérprete em Libras, e elevadores;

6. Inclusão das Infraestruturas de Acessibilidade a PcD's como Piso Tátil e Rampas, nas ruas e bairros de regiões periféricas que não possuem e manutenção das já existentes;

7. Efetivação das propostas do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, assinado pelo governo brasileiro, no que diz respeito às ações programáticas para a inclusão e o combate ao preconceito com PcD's nas instituições de ensino municipais;

8. Garantir o acesso às atividades esportivas, culturais e de lazer, efetivando o direito a um desconto de 50% para PcD's e acompanhante;

9. Oferecimento à pessoa com deficiência uma rede de Serviços Especializados em Habilitação e Reabilitação;

10. Auxílio para PcD's previstos no Estatuto da Pessoa com Deficiência, tais como auxílio-reabilitação psicossocial, de um salário-mínimo para quem tenha recebido alta de hospitais psiquiátricos e aposentadoria com redução de período de contribuição conforme o grau de deficiência em âmbitos trabalhistas municipais;

11. Ampliação e fiscalização do Passe Livre Intermunicipal da Pessoa com Deficiência que garanta o direito da gratuidade em viagens intermunicipais em todo o território goiano, em conformidade com o Decreto nº 5.737/2003, com o objetivo de contemplar a todos e garantir a efetividade do benefício.

MOBILIZAÇÃO POPULAR E SOCIALISMO

Lutamos por um novo sistema, por um novo modo de produção. Lutamos para que seja possível a felicidade e a solidariedade para a imensa maioria da população, sendo assim, lutamos pelo Socialismo. O Socialismo trata-se de uma forma nova e superior de organização da sociedade, onde as terras, as fábricas, os bancos, as usinas, as grandes empresas, ou seja, os meios de produção, estejam sob controle total da classe trabalhadora e dos povos. Somente dessa forma é possível que nós, trabalhadores, camponeses e povos do campo, tenhamos o controle do poder político em nosso país e com isso, consigamos acabar com a exploração e opressão a qual hoje somos submetidos.

Sabemos que não será nas eleições municipais que poderemos conquistar o Socialismo. No entanto, aqueles que lutam por ele devem fazer sua propaganda de forma permanente. Neste sentido, devemos apresentar para a população a insuficiência de realizar as principais transformações sociais sem antes haver a derrubada efetiva do atual sistema, o Capitalismo.

Em palavras melhores, assim definia Lênin, grande líder da maior revolução da história, a Revolução Russa, sobre o que é o Socialismo:

“Queremos alcançar uma nova e melhor organização da sociedade: nesta sociedade nova e melhor não deve haver nem ricos nem pobres; todos devem participar no trabalho. Não deve ser um punhado de ricos, mas todos os trabalhadores, a gozar os frutos do trabalho comum. As máquinas e outros aperfeiçoamentos devem facilitar o trabalho de todos e não enriquecer uns poucos à custa de milhões e dezenas de milhões de pessoas. Esta sociedade nova e melhor chama-se sociedade socialista. A doutrina sobre ela chama-se socialismo.”